PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	**REQUERIMENTO DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO** **(DEFICIÊNCIA)** criado em 7/6/2023 (MFM) – atualizado em 27/10/2023 (MFM)	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS #EmConstanteEvolução

Nome social (caso se identifique como como trans, travesti ou transexual, tendo em vista a Resolução CNJ n° 270/2018):

Registrada(o) civilmente como:

Matrícula n°:

E-mail:

Telefone(s) de contato com DDD:

DECLARO, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que:

[☐] Sou pessoa com deficiência (PcD), na forma da lei, e preciso de cuidados especiais.

[☐] Tenho [☐]cônjuge, [☐]companheira(o), [☐]filha(o) e/ou [☐]dependente legal com deficiência (PcD), na forma da lei, que precisa(m) de cuidados especiais e não tem outro membro da família, enquanto servidora pública ou servidor público estadual, agraciado com tal benefício em relação à(s) referida(s) pessoa(s). Neste caso, preencha o quadro abaixo:

1) NOME:	
1.1) VÍNCULO:	[☐] cônjuge [☐] companheira(o) [☐] filha(o) [☐] dependente legal
2) NOME:	
2.1) VÍNCULO:	[☐] cônjuge [☐] companheira(o) [☐] filha(o) [☐] dependente legal

Observações:

1ª) considera-se pessoa com deficiência aquela abrangida pelo art. 2° da Lei n° 13.146/2015[federal] ou com transtorno do espectro autista, por equiparação legal (art. 1°, § 2°, da Lei n° 12.764/2012[federal]);

2ª) são consideradas dependentes, para os efeitos da Resolução TJGO n° 139/2021, as pessoas apontadas no art. 50 da LC n° 161/2020[estadual] (art. 1°, § 3°, da Resolução TJGO n° 139/2021).

Enumere os benefícios resultantes da inclusão pretendida em condição especial de trabalho para si ou para outrem (cônjuge, companheira(o), filha(o) e/ou dependente legal), sob a modalidade de redução da jornada de trabalho em virtude de deficiência, tal como prevista expressamente na Lei n° 20.756/2020[estadual], e justifique fundamentadamente, conforme exige o art. 5°, § 1°, da Resolução TJGO n° 139/2021:

Considerando a condição ora declarada e, tendo em vista o disposto no art. 74, § 3°, I, II e III, da Lei n° 20.756/2020[estadual], no art. 2°, III, da Resolução CNJ n° 343/2020 e no art. 2°, III, da Resolução TJGO n° 139/2021, **SOLICITO** a redução da minha jornada de trabalho para o equivalente a 6 (seis) horas diárias, 30 (trinta) semanais e 150 (cento e cinquenta) horas mensais, a fim de garantir o bom proveito dos benefícios enumerados.

Estou ciente de que:

1) deverei apresentar, anualmente, laudo técnico atestando a permanência da situação que ensejar a concessão de condição especial de trabalho, para fins de sua manutenção, quando não declarada permanente (art. 5°, § 6°, da Resolução TJGO n° 139/2021);

2) uma vez autorizada a pretendida solicitação, deverei comunicar à Presidência deste Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias, qualquer alteração no meu quadro de saúde (caso a servidora ou o servidor tenha declarado deficiência) ou no da(s) pessoa(s) indicada(s) anteriormente, conforme o caso, que implique em cessação da necessidade de trabalho sob o regime de condição especial (art. 6°, § 1°, da Resolução TJGO n° 139/2021);

3) poderei retornar a minha carga normal de trabalho a qualquer tempo, por livre e espontânea vontade, sendo necessário comunicar tal fato à Presidência deste Tribunal para fins de restabelecimento.

Assinale a opção abaixo, somente se este requerimento não for acompanhado de laudo técnico prévio atestando a deficiência que fundamenta o pedido.

[☐] Solicito, desde logo, a realização de perícia técnica pela Junta Médica Oficial do Poder Judiciário do Estado de Goiás, facultada, caso necessário, a solicitação de cooperação de profissional vinculado a outra instituição pública (art. 5°, § 3°, da Resolução TJGO n° 139/2021).

, de de .

Assinatura da(o) declarante e requerente

(pode ser feita eletronicamente no ambiente do PROAD, caso tenha acesso)